

Índices de felicidade e desenvolvimento econômico¹

Gustavo H. B. Franco²

Desde os primórdios de sua disciplina, os economistas estabeleceram uma fronteira importante no tocante a seu objeto, cuja definição tem a ver com escolhas, sobretudo aquelas limitadas pelo fato de que não se pode optar por “ambas” ou “todas”, e as que são relevantes para se entender e interferir sobre os mecanismos inerentes ao progresso material. A fronteira buscava delimitar a dimensão objetiva, composta de preferências reveladas, transações materiais e condições de vida, e a felicidade, qualquer que seja a amplitude de sua definição - incluída a “utilidade”, um termo que habitualmente utilizado nos manuais de economia – foi se tornando matéria alheia à disciplina e pertencente ao domínio subjetivo dos *resultados* daquelas escolhas ou da experiência interior aos indivíduos³. Os economistas sempre buscaram afastar-se do desafio de compreender a natureza da satisfação derivada do conforto material, talvez pela necessidade inicial de melhor estabelecer o distanciamento de disciplinas como a filosofia e a psicologia, ou ainda pela comodidade em permanecer numa região repleta de teoremas e equações, e com intermináveis afinidades instrumentais com a matemática. Um dos maiores arquitetos deste afastamento, Paul Samuelson, em seu livro clássico de 1947 (conhecido como *The Foundations*), oferece um interessante relato para este percurso: “O conceito de utilidade, através de sua história, vem sendo purgado de suas conotações mais questionáveis e desnecessárias. O resultado foi uma doutrina bem menos questionável, mas menos interessante. ... Uma tendência claramente delineável na literatura foi no sentido da rejeição das conotações utilitárias, éticas e relativas ao bem estar associadas a Bentham, Sidgwick e Edgeworth. Esses assuntos ainda recebem consideração em questões normativas de política econômica, mas são claramente apartados do problema da teoria do consumidor. ... Concomitantemente, tem havido

¹ Apresentado no ciclo de conferências “O próximo futuro: Grandes Lições”, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, 16 de novembro de 2011. O autor agradece a António Pinto Ribeiro, bem como aos demais participantes do seminário por comentários e sugestões.

² Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

³ Gianetti (2002, p. 61).

uma redução na ênfase e no interesse nos aspectos fisiológicos, psicológico-hedonistas e introspectivos da utilidade” (1983, pp. 90-91).

Nesse contexto, o animal humano metamorfoseou-se numa criatura composta apenas a partir de axiomas definidores de “racionalidade”, e o assim criado *homo economicus* tornou-se um paradigma, uma entidade maximizadora de seus próprios interesses e a disciplina amadurece sob o signo do egoísmo e do paradoxo. Não é a virtude que produz a prosperidade das nações, mas indivíduos que buscam satisfazer seus próprios interesses. Conforme a duradoura lição de Adam Smith (1776, p. 18): “Não é pela benevolência do açougueiro, cervejeiro ou padeiro que podemos esperar nosso jantar, mas pela consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Não apelamos para sua humanidade, mas para seu egoísmo, e nunca lhes falamos sobre nossas necessidades, mas das vantagens que terão.”

Nada a estranhar que os homens procurem o melhor para si e para aqueles que amam, mas é possível que os termos do problema tal como definido acima tenham desumanizado o protagonista dessa ciência inclusive e principalmente por que dentre as suas motivações não havia nenhuma consideração mais ampla sobre o objetivo final da existência. Tem-se aí, com certeza, uma espécie de vício de origem que parece colocar os economistas sistematicamente em oposição ao senso comum e à própria felicidade. Isto, o trabalho do reverendo Thomas Malthus e o mercado de trabalho nas Índias Ocidentais, era o que tinha em mente Thomas Carlyle quando cunhou a famosa expressão *Dismal Science*, a “ciência sombria”, ou “a ciência triste”. Em um panfleto de 1849 em defesa da escravidão (*Occasional Discourse on the Negro Question*) um personagem argumenta, com tonalidades malthusianas, pela impossibilidade da liberdade para todos os homens face à necessidade de alguns produzirem para os outros. Assim funcionavam as determinações da economia, “não uma gaia ciência”, produtora de conhecimento que enriquece a existência como na música e no verso, mas “uma ciência abominável, devastada e decididamente abjeta e angustiante, e que podemos designar, com alguma reverência, como triste.”⁴

A disciplina, ademais, buscava tratar de coletividades, pois é ciência social, e a passagem do individual para o coletivo frequentemente se observava de forma tácita, tratando coletividades como indivíduos, face à plausibilidade dos postulados definidores de “racionalidade”. São conhecidos os paradoxos envolvidos nessa passagem, conforme explorado, dentre tantos, por

⁴ No original: *Not a "gay science," I should say, like some we have heard of; no, a dreary, desolate and, indeed, quite abject and distressing one; what we might call, by way of eminence, the dismal science.*

Kenneth Arrow (1951) a cujo nome ficou associado um “teorema da impossibilidade”, que bem sintetiza suas conclusões. Sem embargo, as anomalias representadas por comportamentos “irracionais” de coletividades entraram para outro compartimento da disciplina, o da *macroeconomia*, onde as singularidades do comportamento social dos agentes econômicos estariam a demonstrar que o todo é maior que a soma das partes, como é próprio das ciências sociais, e que não se podia associar a estes grupos os mesmos axiomas válidos para indivíduos. E se os eventos macroeconômicos possuíam a sua própria identidade e racionalidade, não muito claramente redutíveis aos princípios basilares da racionalidade individual, então tudo se passava como se o entendimento da dinâmica do relevo, das praias e costas, bem como dos ventos e do clima, não dependesse de muito conhecimento sobre os aspectos individuais dos grãos de areia, ou dos detritos trazidos pelos rios e mares. Tal como se a lei dos grandes números tornasse irrelevantes as possíveis vias de contato entre a economia e a psicologia, ou que os fascinantes aspectos sociais da disciplina reduzissem à insignificância os traços psicológicos individuais.

Entretanto, essa separação entre a solidez analítica dos fundamentos do comportamento individual e as “irracionalidades” no terreno da macroeconomia logo se tornou um desafio irresistível para a profissão. O interesse pelos “fundamentos microeconômicos” da disciplina espalhou-se por toda parte sem que, todavia, houvesse explicações fáceis para a recorrência de comportamentos irracionais por parte de coletividades formadas por indivíduos racionais. Paralelamente, no estudo e na promoção do desenvolvimento econômico, como se verá adiante, em algum momento se percebeu que o processo transcendia o crescimento do PIB e envolvia diversos outros temas que a disciplina deixou para trás. É nessas janelas que penetram novas influências de que resulta, entre outras vertentes de pesquisa, o interesse na felicidade como tema de pesquisa.

1. Como o interesse pela felicidade penetrou na disciplina.

São recentes os desenvolvimentos teóricos e empíricos que contribuíram para que os economistas iniciassem uma nova reflexão sobre a felicidade, ou sobre o que há de humano na disciplina, e em particular, para que se revisassem as defesas construídas no decorrer do tempo a impedir que a economia invadisse ou se deixasse invadir pela psicologia ou sobre cogitações

sobre o que afinal significa, em termos empíricos, a satisfação com a vida. A obsessão pelos “fundamentos microeconômicos” fez com que, gradualmente, o *homo economicus* se tornasse um objeto de estudo em si, e não apenas uma abstração útil para servir de orientação sobre o comportamento social. A teoria dos jogos achou imenso campo de aplicação quando se tratava de explicar situações de “irracionalidade coletiva”, pois tinha boas respostas para as situações de “equilíbrio não cooperativo” em problemas decisórios de natureza complexa. É este o prêmio Nobel de 1994 concedido a John Harsanyi, John Nash e Reinhard Selten. Mais adiante, dentre os novos desenvolvimentos no terreno dos problemas decorrentes de decisões supostamente irracionais, destacam-se algumas linhas de pesquisa que trabalharam as fronteiras entre a economia e a psicologia, sobretudo em decisões envolvendo incerteza, e também no terreno da economia experimental, ou no estudo de comportamentos humano em condições de laboratório em especial na simulação de mercados e decisões coletivas. Este é o prêmio Nobel de 2002 concedido a Daniel Kahneman e Vernon Smith.

Sem entrar no mérito das pesquisas de cada um o fato é que os prêmios são indicações interessantes de que o *mainspring* da disciplina começava a demolir as muralhas que a mantinham afastada dos temas mais ligados à felicidade.

Paralelamente, no terreno da reflexão sobre a teoria e os determinantes do desenvolvimento econômico, a ciência econômica também se via forçada a olhar para os lados. No imediato pós-guerra a ideia de desenvolvimento parecia confundir uma nova disciplina acadêmica (e campo de pesquisa) com uma cruzada internacional humanitária, e somando-se a diversos esforços nacionais dignos de nota, o Banco Mundial foi gradativamente crescendo de importância tanto como agente e instituição catalizadora de diversos programas mundo afora, como veículo de informação, análise e pesquisa sobre o desenvolvimento. Em 1973, o presidente da instituição, Robert McNamara, na reunião anual em Nairobi, em manifestação que ficou famosa, questionou as percepções sobre o processo de crescimento econômico face à ampliação da pobreza e da desigualdade e lançou em alto perfil o desafio de erradicar a pobreza até o fim do século. A base para este diagnóstico, o estudo de um grupo de economistas do banco chefiados por Hollis Chenery⁵, é publicada em 1974. Em seguida, McNamara confia a Chenery a

⁵ Intitulado *Redistribution with Growth: policies to improve income distribution in developing countries in context of economic growth*. Era um esforço conjunto do Banco Mundial e do Institute of Development Studies da Universidade de Sussex, e os autores, além de Chenery eram Montek S. Ahluwalia, C. L. G. Bell, John H. Duloy e Richard Jolly.

tarefa de escrever um relatório que se tornaria o primeiro *World Development Report* (WDR), publicado em 1978. O WDR, juntamente pela publicação, ao final do volume, da seção *World Development Indicators* (WDI), ao homogeneizar informações a aguçar a comparabilidade das experiências nacionais, teve enorme impacto na profissão e no debate sobre a natureza e sobre os custos inerentes ao desenvolvimento econômico⁶. O tema era muito sensível no Brasil, onde um governo autoritário conseguia um bom desempenho em termos de crescimento econômico, mas com grandes questionamentos no tocante aos efeitos sobre a distribuição da renda revelados pelo censo de 1970. Tornava-se mais forte do que nunca a ideia que o desenvolvimento transcendia o crescimento, e que diversas outras dimensões do processo deveriam ser levadas em conta para aferir a prosperidade econômica. Mais adiante em 1990, a partir de uma iniciativa do *United Nations Development Programme*, capitaneada por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, começa a ser publicado o *Human Development Report* que trazia desenvolvida uma ideia cujas origens vinham do estudo de Chenery de 1974: a de se montar indicadores compostos de “grau de desenvolvimento” que capturassem dimensões sociais e humanas da atividade econômica. A difusão do conceito foi imensa, inclusive por que vinha acompanhado de um número, vale dizer, um indicador objetivo que poderia servir de parâmetro de comparação e avaliação, e mesmo como critério para a execução de políticas sociais compensatórias.

Ao longo dos anos 1990, portanto, a interdisciplinaridade havia conquistado a reflexão sobre desenvolvimento, inclusive em seus aspectos mais operacionais através do HDI. Depois dessa notável expansão de horizontes o interesse em avançar um tanto mais e levar a economia de volta a se questionar sobre o sentido da vida, outro elemento importante a explicar a explosão do interesse dos economistas sobre felicidade era a enorme abundância de dados de boa qualidade produzidos consistentemente durante muitos anos em pesquisas de campo realizadas pelo Instituto Gallup sobre a satisfação com a vida.

O aproveitamento desses dados por economistas foi sempre comedido e cauteloso, mas teve um de seus principais momentos em 1974 quando William Easterlin formulou o que ficou conhecido como o “Paradoxo de Easterlin”: um resultado empírico obtido a partir dos dados do Instituto Gallup para o Japão e para os EUA nos anos do pós-guerra - e repetidamente replicado em outros estudos e contextos - segundo a qual, a felicidade, tal como declarada em pesquisas de campo, não revelava correlação positiva com o progresso material. Um resultado polêmico, e de

⁶ Yusuf (2009, pp. 15-19, *passim*).

amplas implicações para o processo de desenvolvimento econômico, ou para a ênfase monotemática no crescimento do PIB como indicador supremo de sucesso econômico. Este resultado talvez fosse o único elemento que faltava para a explosão de uma nova área de pesquisa entre os economistas, mas o fato é que a aspiração generalizada pela ampliação do escopo do desenvolvimento econômico acabou capturada pelo advento do HDI.

A despeito do estudo de Easterlin, ainda se passariam duas décadas para que houvesse uma explosão no interesse pela pesquisa sobre felicidade, talvez por que o progresso material ainda não estivesse suficientemente alto ou disseminado para que os economistas e *policy makers* envolvidos em desenvolvimento econômico se mostrassem dispostos a incluir em seus programas temas “não econômicos” além daqueles já tratados no HDI. Com o passar do tempo, a crescente preocupação com limitações ambientais, o advento da China e seu modelo de crescimento sob o signo do autoritarismo, e com o desencanto provocado com a crise de 2008, o interesse no trabalho de pesquisa sobre felicidade ganhou urgência, multiplicou o número de interessados e chegou aos chefes de estado. No contexto dos diversos *summits* associados aos esforços supra-nacionais de compreensão e combate à crise de 2008, o presidente da França capitaneou a formação de uma comissão de notáveis presidida por dois economistas premiados com o Nobel, John Stiglitz e Amartya Sen, cujos termos de referência que refletiam ansiedades dos chefes de estado que a constituíram e a patrocinavam bem como um sentimento generalizado de consternação não apenas com a crise mas com as soluções propugnadas pela medicina convencional. Não se tratava propriamente de buscar “vias alternativas” no sentido em que esta linguagem é utilizada habitualmente no Brasil, ou seja, de retroagir ao materialismo dialético e ao socialismo, assuntos já amplamente superados no hemisfério Norte ao menos, mas de buscar abordagens realmente inovadoras sem abandonar os progressos alcançados na disciplina.

Era preciso cautela para não cair em áreas onde o Banco Mundial e outras instituições já haviam trabalhado exaustivamente. Coincidentemente, em 2008, tinha sido publicado pelo Banco Mundial o relatório da comissão coordenada por Michael Spence (*The Growth Report: strategies for sustained growth and inclusive development*) sobre modelos de crescimento, um tema que o pânico de 2008 relegou ao obsoleto, ao menos para os anos a seguir. A economia mundial parecia ferida de um jeito mais profundo. Com esse espírito, a Comissão Sarkozy se debruçou sobre as métricas de sucesso econômico geralmente envolvendo a renda nacional ou a soma do valor adicionado gerado a cada ano (o popular Produto Interno Bruto, o PIB), cujo

crescimento é tomado como o indicador mais importante de desempenho econômico, e indagava se essas métricas não seriam excessivamente restritas ou enviesadas e se não devíamos atinar para outros aspectos humanos, sociais e ambientais do progresso. Não há dúvida que havia certo oportunismo em se utilizar o contexto da crise de 2008 para recolocar a dúvida se as políticas públicas convencionais não estariam ordenadas por parâmetros inadequados para capturar outras dimensões do progresso material. Esta e outras acusações (como a de tentar desviar as atenções da esclerose econômica francesa e mesmo europeia, importando-a para os EUA⁷) das quais era precisa desviar-se, além da dificuldade em se contornar o que já se sabia pelo HDI, acabou levando a Comissão aos principais temas tratados na nova literatura sobre economia da felicidade, temas que não eram propriamente novos e que não levavam ainda a recomendações práticas inovadoras talvez por que a novidade não estivesse ainda totalmente amadurecida. Pouco havia de novo nas observações sobre contabilidade ambiental, ou sobre os já conhecidos defeitos das contas nacionais e seus protocolos, de sorte que a parte mais interessante do relatório era referente aos indicadores empíricos de bem estar ou de satisfação com a vida - incluindo, por exemplo, indicadores de saúde, educação, cultura, atividades pessoais, o tempo dedicado a tarefas agradáveis e meritórias, a qualidade da experiência no trabalho, participação política e no processo de governo, as conexões e relações sociais, o meio ambiente e a segurança econômica amplamente definida - e o modo como poderiam ser melhor desenvolvidos, melhor integrados às contas nacionais, e mais explicitamente incorporados nos cálculos e definições das políticas públicas. É verdade que muitas dessas dimensões do bem estar já estavam, em boa medida, presentes em indicadores como o HDI, e já tinham sido trabalhadas em muitas extensões e detalhes por organizações internacionais como o Banco Mundial e a OCDE, entre muitos outros, numa variedade imensa de programas. São diversas as organizações a pesquisar esses mesmos temas e produzir regularmente estatísticas e indicadores cuja utilização o relatório procura explicitamente incentivar, assim atraindo para si uma ampla gama de entusiastas, sobretudo entre os pesquisadores já engajados ou interessados em felicidade.

⁷ Graham (2011).

2. A construção de índices de felicidade.

Mesmo diante de um impressionante conjunto de iniciativas voltadas para “os outros” aspectos do desenvolvimento econômico as pesquisas produzidas regularmente pelo Instituto Gallup para centenas de países permanecem ocupando papel central na nova literatura sobre felicidade. É verdade que diversos novos métodos tem sido trabalhados, como o *Day Reconstruction Method* (DRM), desenvolvido em Kahneman *et al.*, 2004), pelo qual as tarefas de que se ocupam amostras específicas de pessoas são cronometradas e associadas a graus de satisfação ou irritação, com o que se constrói um *score* de satisfação que proporciona, no limite, a possibilidade da construção de indicadores nacionais de (in)felicidade. Kahneman e Krueger (2006) desenvolveram um “*U Index*” com o intuito de medir o tempo que os habitantes de determinado país dedicam a tarefas desagradáveis⁸. Há também métodos pelos quais indivíduos carregam *beepers* ou dispositivos móveis para registrar sua experiência cotidiana em tempo real, e considerável trabalho em estudar as imagens de atividade cerebral com vistas a identificar a ocorrência de “felicidade”⁹.

Todavia, a simplicidade e o amadurecimento da metodologia do índice do Instituto Gallup, passando pelo formato do questionário e pelo fato de que a pesquisa se repete há várias décadas por centenas de países, facilmente resultou em que seus resultados se tornassem a base da pesquisa empírica sobre o tema. O método não poderia ser mais simples diante da complexidade envolvida na experiência subjetiva de felicidade: perguntas diretas às pessoas sobre satisfação com a vida. É claro que existem dúvidas sobre o real significado das respostas e sobre os vieses de quem responde; mas a consistência dos dados e a existência de longas séries para centenas de países representa um filão irresistível para os economistas interessados no assunto. Todos entendem que é importante que o sujeito responda sobre o seu estado de felicidade, *considerando a melhor vida que poderia imaginar para si*, portanto, que se consiga capturar o aspecto relacional da felicidade de um indivíduo dentro de uma comunidade.

É importante também que responda sobre o seu grau de felicidade presente, assim como a observada no passado (5 anos antes) e também a esperada para o futuro (daqui a 5 anos). Essas observações são cruciais para se testar a consistência temporal das respostas e explicar alguns

⁸ Kahneman & Krueger (2006, p. 22).

⁹ Ver Frey (2010, pp. 20-22) para um sumário.

paradoxos que são mais aparentes do que reais. E é certo também que outros aspectos da satisfação com a vida podem ser investigados em uma variedade grande de possibilidades, pois a felicidade não é propriamente como a temperatura do corpo, que pode ser descrita por um único número. São múltiplas as dimensões e as possibilidades de se capturar diferentes aspectos da vida cotidiana em perguntas diretas, como se verá a seguir.

A Tabela A no Anexo mostra indicadores de felicidade para 25 países de cada um de quatro continentes - Américas, África, Ásia e Europa - num total de 100 países para os anos de 2005-2009. Para cada um desses países as tabelas mostram um indicador construído a partir das respostas para a pergunta sobre felicidade corrente e futura descritos logo acima. Para cada país, considera-se o percentual do total dos indivíduos na amostra que estão progredindo (“*thriving*”) como o conjunto dos indivíduos cuja felicidade corrente tem um *score* maior que sete, e um *score* maior que oito para a felicidade futura. O estado de “sofrimento” é definido para aqueles cujo *score* para a felicidade corrente e futura é menor que quatro. Os demais, ou seja, o percentual intermediário é composto daqueles que se considera batalhando (“*struggling*”). Para cada país, adicionalmente, na quarta coluna, referente à experiência cotidiana, há um *score* entre zero e dez para um conjunto de indicadores que inclui o número de sorrisos ou risos ao longo do dia, o tempo dedicado a tarefas agradáveis ou desagradáveis, sentir-se descansado, ser tratado com respeito, entre outros incidentes aparentemente triviais, porém importantes da vida cotidiana.

A Tabela 1 abaixo seleciona entre os 100 países da amostra os 25 países com os maiores percentuais de indivíduos “progredindo”. Dentre esses parece emergir com clareza um predomínio de países ricos, com apenas algumas poucas exceções.

Tabela 1: Gallup Poll, 25 países mais bem colocados em percentual de indivíduos “progredindo”, 2005-2009.

	país	%			cotidiano
		progredindo	batalhando	sofrendo	
1	Dinamarca	82	17	1	7.9
2	Finlândia	75	23	2	7.8
3	Noruega	69	31	0	7.9
4	Suécia	68	30	2	7.9
5	Holanda	68	32	1	7.7
6	Costa Rica	63	35	2	8.1
7	Nova Zelândia	63	35	2	7.6
8	Canadá	62	36	2	7.6
9	Suiça	62	36	2	7.6
10	Austrália	62	35	3	7.5
11	Israel	62	35	3	6.4
12	Panamá	58	39	3	8.4
13	Brasil	58	40	2	7.5
14	Áustria	57	40	3	7.7
15	EUA	57	40	3	7.3
16	Bélgica	56	41	3	7.3
17	Inglaterra	54	44	2	7.4
18	México	52	43	5	7.7
19	Turkmenistan	52	47	1	7.5
20	Emirados Árabes	51	48	1	7.7
21	Venezuela	50	48	2	8.0
22	Irlanda	49	49	2	7.5
23	Islândia	47	49	4	8.2
24	Puerto Rico	47	45	8	7.6
25	Kuwait	47	50	3	7.0

Fonte e metodologia: Tabelas A1, A2, A3 e A4 no anexo.

É interessante notar que na quarta coluna estão os *scores* para a experiência cotidiana que, curiosamente, não mostram nenhuma correlação perceptível com o indicador convencional de felicidade da primeira coluna. Esta discrepância se torna ainda mais evidente quando voltamos aos 100 países da Tabela A do anexo e selecionamos os 25 países *com as maiores notas para o cotidiano* exibidas na Tabela 2.

Tabela 2: Gallup Poll, 25 países mais bem colocados em *scores* individuais para a experiência cotidiana, 2005-2009.

	país	%			cotidiano
		progredindo	batalhando	sofrendo	
1	Panamá	58	39	3	8.4
2	Paraguai	32	59	9	8.3
3	Indonésia	18	72	10	8.2
4	Islândia	47	49	4	8.2
5	Namibia	11	79	10	8.1
6	Costa Rica	63	35	2	8.1
7	Malawi	25	64	10	8.0
8	Venezuela	50	48	2	8.0
9	Tailândia	20	75	5	8.0
10	Trinidad Tobago	44	51	5	7.9
11	Dinamarca	82	17	1	7.9
12	Noruega	69	31	0	7.9
13	Suécia	68	30	2	7.9
14	Argentina	44	50	6	7.8
15	Uzbequistão	18	75	6	7.8
16	Finlândia	75	23	2	7.8
17	México	52	43	5	7.7
18	Colômbia	46	47	7	7.7
19	Jamaica	46	49	5	7.7
20	El Salvador	42	51	7	7.7
21	Guatemala	40	50	10	7.7
22	Emirados Árabes	51	48	1	7.7
23	Holanda	68	32	1	7.7
24	Áustria	57	40	3	7.7
25	Zâmbia	14	78	8	7.6

Fonte e metodologia: Tabelas A1, A2, A3 e A4 no anexo.

Apenas 10 países que estão na Tabela 1 aparecem na Tabela 2, e cinco países que aparecem na Tabela 2 possuem percentuais de indivíduos “progredindo” inferiores a 20% e maiores que 70% para indivíduos “batalhando”. Nenhum dos países escandinavos que dominam a Tabela 1 aparece antes da décima primeira posição na Tabela 2. Todos esses aspectos discrepantes reforçam a impressão de que a correlação entre felicidade e renda nacional parece ser muito mais complexa do que aparenta, ou que existem diversos outros fatores a considerar em comparações entre países no quesito felicidade especialmente quando se amplia o escopo da

observação. Na verdade, a fraqueza desta relação, ou a evidência de que em países muito pobres pode se observar níveis elevados de felicidade, são variantes do que se conhece como o “paradoxo de Easterlin”, ou o paradoxo de “camponeses felizes e realizadores frustrados”, ou do “crescimento infeliz”¹⁰, as denominações são as mais variadas.

3. Paradoxos envolvendo felicidade e afluência.

Originalmente, o paradoxo de Easterlin tinha que ver com os níveis auto reportados de felicidade observados no Japão e nos EUA, que se mantiveram relativamente estáveis a despeito do enorme crescimento da renda real em ambos os países no pós-guerra. Padrões semelhantes foram observados em regressões *cross section* entre países, ou seja, não se observava uma correlação positiva e evidente entre renda per capita e índices nacionais de felicidade, como efetivamente sugerem os números das tabelas 1 e 2. E adicionalmente, nas regressões em que se procurava decompor os fatores determinantes da felicidade, observava-se um fenômeno curioso e revelador no que se refere ao efeito de eventos transitórios como ganhar na loteria, casar ou sofrer sério acidente ou doença: todos esses eventos tinham efeitos significativos no momento em que ocorriam, elevando ou reduzindo os níveis de felicidade, mas no decorrer do tempo os índices tendiam a retornar a seus níveis originais¹¹.

Na verdade, este fenômeno descrito como “adaptação” tem sido frequentemente utilizado para explicar a falta de, ou a fraca correlação entre felicidade e renda, sobretudo nas comparações entre países. Esta parece ser a explicação “politicamente correta” do paradoxo, pois apela à velha sabedoria popular segundo a qual o dinheiro não compra a felicidade, e que outros fatores não relacionados ao desempenho econômico *strictu sensu* podem ser determinantes importantes do que deveríamos tomar como o objetivo último e mais importante da atividade humana em geral e econômica em particular. Esta “moral” - com a qual os entrevistados tenderiam a concordar *a priori* quase que unanimemente, embora ficando a dúvida se o comportamento revelado é condizente com o discurso – certamente pode estar enviesando as respostas. Nesse contexto, a tese seria a de que os países, bem como as pessoas, depois de

¹⁰ Cf. Clark *et al.* (2008) e Lora & Chaparro (2009).

¹¹ Kahneman & Krueger (2006, pp.14-15).

atingirem um nível mínimo de afluência, não ficam mais felizes com novos acréscimos na sua renda. Se isto é verdade, seria um ataque aos pressupostos convencionais da economia não apenas por conta da aceitação e importância associada aos níveis absolutos de utilidades em uma escala internacionalmente aceita, como também pela ideia de que existe uma saciedade ou saturação a partir da qual o progresso material parece não importar.

Há várias maneiras de questionar essas conclusões. A comparabilidade de respostas entre países talvez seja a mais óbvia: a pergunta do Gallup faz menção à “melhor vida que o indivíduo pode conceber” como referência para avaliar a do indivíduo que responde o questionário, e conforme argumenta Amartya Sen (1995), existem vastas diferenças na capacidade de diferentes populações conceberem “a melhor vida”. As comparações entre países deixam apenas mais evidente a dificuldade conceitual em se comparar níveis subjetivos de satisfação.

Outro problema é a aversão que os economistas tradicionalmente revelam diante de dados subjetivos obtidos em *surveys*. O argumento é que a o contexto social dentro do qual tais pesquisas são conduzidas afeta pesadamente as respostas. Na verdade, essas influências frequentemente se confundem com as variáveis independentes que se quer utilizar como explicação para as respostas, ocasionando erros estatísticos que destroem os experimentos¹². Kahneman & Krueger (2006, p. 6) relatam diversos exemplos ilustrando a sensibilidade desses questionários ao contexto: em um experimento em laboratório, diversas pessoas foram convidadas a preencher um questionário sobre satisfação com a vida e antes de sentarem-se para responder um entrevistador lhes pediu que tirassem uma fotocópia de um pedaço de papel. Uma moeda de 10 centavos de dólar foi colocada na copiadora em uma metade dos entrevistados escolhidos aleatoriamente. Surpreendentemente, a presença de moeda teve um forte efeito estatístico nas respostas, elevando consideravelmente a felicidade daqueles que a encontraram, o que certamente não se trata de um “efeito-renda”, comentam os autores. O mesmo se observou para o efeito do tempo em questionários respondidos em recintos com janelas abertas, e mesmo para a ordem das questões.

Outro problema de natureza técnica tem a ver com o fato de que o paradoxo resulta de se comparar uma variável que, por construção, não possui tendência, eis que varia entre zero e dez, e outras que revelam contínuo crescimento como diversas variáveis que se supõe que afetem a felicidade, como a renda nacional, o gasto público, a longevidade e qualquer outra variável que

¹² Bertrand & Mullainathan (2001).

contenha um elemento de tendência¹³. O gráfico plotando as renda crescendo continuamente e os índices de felicidade aprisionados entre zero e dez transmite uma forte impressão que pode ser enganosa. Por conta disso diversos autores empregaram técnicas econométricas nem sempre muito mais elaboradas, mas sensíveis ao problema, para retrabalhar a mesma questão e os resultados não foram de modo algum favoráveis à existência do paradoxo, inclusive estabelecendo que rendas relativas, saciedade e adaptação seriam fenômenos de importância secundária¹⁴.

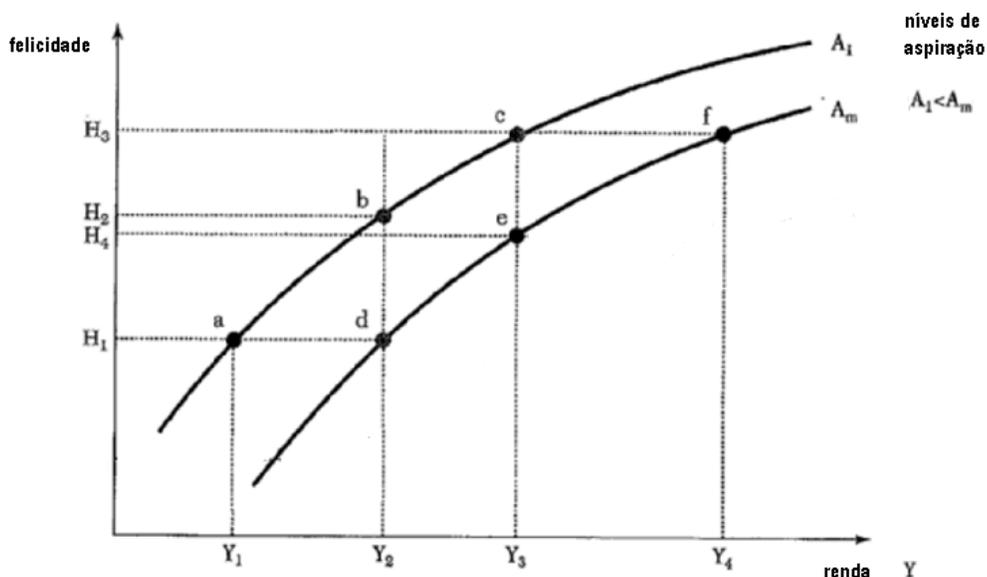
É curioso que os próprios resultados do Instituto Gallup forneçam pistas interessantes para o entendimento do paradoxo na medida em que se observa a relação entre a felicidade autodeclarada hoje e cinco anos antes, esta se mostre sistematicamente menor que aquela. Este seria um “método” pelo qual os indivíduos estariam a “confessar” uma melhoria em seus níveis de felicidade que parece não ser capturada nos níveis correntes, pois estes estariam sujeitos a variações decorrentes em mudanças nas aspirações, ou a adaptações a novos níveis de consumo, ou mesmo ao temor de oferecer respostas que pareçam arrogantes.

Essa dinâmica pode ser observada no gráfico abaixo onde se supõe que exista uma relação côncava entre felicidade e renda, de tal sorte que para os níveis de renda Y_1 , Y_2 e Y_3 , os níveis de felicidade sejam os indicados pelos pontos a, b, e c, progressivamente maiores. Um “deslocamento” no “nível de aspirações”, tal como mostrado no gráfico, facilmente cria paradoxos na medida em que um acréscimo de renda como o de Y_1 , para Y_2 não provocaria nenhuma mudança no nível de felicidade que é o mesmo para o ponto a e para o ponto d. Se repetimos o exercício tomando o ponto b como o ponto de partida e supomos um acréscimo de renda de Y_2 para Y_3 simultâneo ao deslocamento de aspirações mostrado no gráfico, observamos uma *redução* no nível de felicidade ao migrarmos do ponto b para o ponto e.

Gráfico 1: Relação entre renda e felicidade, e níveis de aspiração

¹³ Branchflower (2008).

¹⁴ Deaton (2007) e Sacks *et al.* (2010).



Não é simples imaginar o que possa ser um “deslocamento no nível de aspirações”. Se considerarmos o cenário original de Easterlin, ou seja, os EUA e o Japão do imediato pós-guerra, é interessante notar que era pequena a disseminação de eletrodomésticos como televisores, refrigeradores e máquinas de lavar no período inicial de observação, e que esses bens duráveis, em duas décadas, se tornam parte da normalidade. Para se comparar os níveis de satisfação antes e depois de introdução dessas inovações no padrão de vida seria talvez mais apropriado indagar às pessoas sobre como seus níveis de satisfação seriam afetados se ficassem impedidas de utilizar essas novas ferramentas *depois de tomar conhecimento de sua existência e utilidade*. É muito difícil, todavia, enunciar esse tipo de exercício contrafactual, especialmente quando precisa ser conduzido através de questionários diretos.

4. Índices de felicidade e desenvolvimento econômico no Brasil.

As objeções e paradoxos trazidos pela utilização dos índices de felicidade, tal como habitualmente calculados em questionários diretos, não diminuem a importância da informação nova trazida pelos índices, apenas deixa claro que não se consegue ainda aproveitar adequadamente a novidade. Na verdade boa parte dos paradoxos tem a ver com uma leitura dos dados isolados de outras variáveis, de modo que a utilidade dos índices de felicidade na avaliação de diferentes modelos de desenvolvimento econômico reside justamente em se observar os

índices de felicidade juntamente com os indicadores habituais que capturam outros atributos de diferentes modelos de desenvolvimento econômico.

A Tabela 3 abaixo mostra uma variedade de índices normalmente empregados em comparações entre países para diversos aspectos do processo de desenvolvimento econômico. Os índices de competitividade são produzidos por organizações diferentes e com metodologias próprias, e todos ordenam os países em *rankings* onde a China se destaca relativamente aos outros países de grupo BRIC. Normalmente se associa a “falta de competitividade” do Brasil, por exemplo, às suas leis trabalhistas e a seu sistema tributário e previdenciário, ou seja, aos custos da rede de proteção social própria de uma democracia ocidental. Não se discute se a população assim escolheu, ou se melhor se sente com leis trabalhistas mais favoráveis ao trabalhador que em sistemas mais liberalizados. Os economistas podem formar juízos sobre a eficiência relativa de tais arranjos, e a discussão sobre reformas frequentemente transcorre polêmica e inconclusiva nessa dimensão, e com o auxílio inestimável dos índices de competitividade mostrados na tabela. Outro assunto é se as respectivas populações estão confortáveis em sacrificar competitividade por segurança no trabalho e rede de proteção, ou desconfortáveis, a despeito de competitivas, pela ausência desses “custos da democracia”.

Na raiz deste debate está um velho e perigoso tema, a suposta eficiência dos modelos de crescimento baseados em autoritarismo, ou na mobilização intensiva de recursos em detrimento de preocupações sociais e humanitárias que podem ser prejudiciais à velocidade do progresso. Será que os indicadores de felicidade podem acrescentar alguma informação a este debate? O contraste marcante entre os índices de felicidade entre Brasil e China estaria a sugerir que sim, e não deixa de ser curioso que dentre os paradoxos de “crescimento infeliz”, ou coisas do gênero, não apareça nenhuma menção a esta velha controvérsia sobre a suposta eficiência das ditaduras.

No quesito “atratividade” trata-se de avaliar o interesse de investidores estrangeiros em estar no país em questão, e para tanto considera a posição do país na pesquisa de interesse em investir conduzida por uma consultoria internacional para um número grande de executivos internacionais em posições de chefia, juntamente com a classificação de risco soberano. Há também os índices de corrupção e os de desenvolvimento humano, com os quais se forma um contexto dentro do qual melhor se observa os índices de felicidade corrente e futura calculados pelo Instituto Gallup.

Tabela 3: Indicadores de desenvolvimento econômico, *rankings* internacionais, grupo BRIC, 2010-2011

	competitividade			atratividade		corrupção	felicidade		des humano
	WEF	IMD	EDB	ATK-FDI	Rating	TI-CPI	GHP-n	GHP-5+	HDI
Brazil	53	38	127	4	Baa2	69	24	1	73
Russia	66	51	123	18	Baa1	154	73	93	65
India	56	31	134	3	Baa3	87	62	61	121
China	26	18	79	1	Aa3	78	100	78	89
total	142	58	183	25		178	132	155	169

Fontes e definições: WEF, World Economic Forum, Competitiveness Index, 2011-12; IMD Global competitiveness Index 2010 ranking; EDB - Ease of Doing Business Index, IFC & The World Bank, 2011; IEF, Index of Economic Freedom, Heritage Foundation WSJ, 2011; AT Kearney FDI Confidence Index, 2010; Classificação de risco soberano da Moodys; Transparency International, Corruption Perception Index, 2010; Gallup Happiness Poll, 2006, "n"= felicidade corrente, "5+"=em 5 anos no futuro; HDI, Human Development Index, UNDP, United Nations Development Program, 2011.

Os números da Tabela 3 permitiriam diversos tipos de debates sobre modelos alternativos de crescimento e quanto ao mérito das estratégias nacionais adotadas pelos países do grupo BRIC, temas que não cabem nos estreitos limites desse ensaio. Porém, é possível vislumbrar com clareza o fato de que os índices de felicidade acrescentam uma dimensão inusitada aos debates em torno desses índices, quem sabe um parâmetro de avaliação emergindo dos próprios indivíduos a vivenciar a experiência de desenvolvimento econômico. O fato de o Brasil aparecer em primeiro lugar nos índices de felicidade futura e em uma posição para felicidade corrente também *bastante superior à que ocupa no HDI*, em absoluto contraste com o que se observa em outros países do grupo, pode ensejar muitas interpretações interessantes sobre a evolução recente da economia brasileira. O que haveria de singular na experiência brasileira a indicar que os brasileiros sejam muito mais felizes que os chineses, russos e indianos, mesmo com o crescimento médio inferior? Os índices de felicidade estariam a apontar para aspectos positivos do modelo de crescimento brasileiro que não se encontram presentes nos outros países do grupo BRIC? Ou estariam a refletir apenas fatores como a composição etária e o clima, pouco ou nada relacionados ao estilo de desenvolvimento econômico?

Algumas características da economia brasileira podem ajudar a explicar, a primeira, conforme sugere Marcelo Neri (2008), um dos poucos a se debruçar sobre o assunto, é a

juventude. A notável mudança demográfica observada no Brasil a partir das dramáticas quedas na taxa de fecundidade nas últimas duas décadas, produziu uma pirâmide etária muito favorável não apenas no tocante às chamadas “taxas de dependência” (a razão entre a população em idade para trabalhar e a soma dos idosos e crianças), como também do ponto de vista de distribuição da renda. Os coeficientes de Gini para a escala de rendimentos da população ocupada vêm caindo regularmente nos últimos anos, movimento que foi significativamente reforçado pelo fim da hiperinflação em 1994. A redução da desigualdade certamente está entre os fatores que aumentam a felicidade em si e pela perspectiva de mobilidade social que representa. Nas pesquisas domiciliares para o Brasil (as PNADs) verifica-se um aumento impressionante no número de domicílios entrando na chamada classe C: cerca de 60 milhões de brasileiros teriam passado da classe D para a C entre 1993 e 2011, e outros 14 milhões teriam deixado a classe C para as classes A e B no mesmo período. Segundo Neri (2008), a demografia e a estabilidade explicariam estatisticamente algo como $\frac{3}{4}$ da mobilidade social, e o restante da explicação, a julgar pelo comportamento das remunerações no período, caberia às políticas sociais (bolsa-família, programas assistenciais da previdência social e políticas de salário mínimo).

É difícil imaginar que o conjunto desses programas, bem como o estado do mercado de trabalho (capturando os efeitos demográficos e macroeconômicos), não produzam uma atmosfera de grande otimismo com relação à progressão profissional, sobretudo tendo em mente a composição etária da população trabalhadora, e a enorme demanda por crédito – que dobra como percentual do PIB ao longo da primeira década do século XXI – especialmente para consumo. Não deve haver dúvida que o indicador de felicidade captura essa atmosfera de forma direta e inequívoca: o Brasil ocupa a primeira posição no índice de felicidade futura a despeito de não exibir taxas de crescimento do PIB significativamente elevadas. Na verdade, os índices de felicidade proporcionam uma bela lembrança de que o desenvolvimento não se resume apenas ao PIB, e mais: para os *policy makers* que buscam situações onde os níveis de felicidade não apenas superam o que deveria se esperar a partir do crescimento, como também ultrapassam o HDI, o Brasil fornece um extraordinário campo de experimentação.

Anexo

Tabela A1: Gallup Poll, indicadores de felicidade, 25 países mais bem colocados na África, 2005-2009.

		%			Experiência cotidiana
		Progredindo	Batalhando	Sofrendo	
1	Malawi	25	64	10	8.0
2	Líbia	24	68	8	6.0
3	Botswana	24	65	11	7.3
4	África do Sul	21	71	8	7.3
5	Somalia	18	77	5	7.1
6	Algeria	18	77	6	6.7
7	Nigeria	18	78	4	7.3
8	Rep dos Camarões	14	77	9	7.0
9	Tunisia	14	77	9	6.8
10	Zambia	14	78	8	7.6
11	Rep. Centro Africana	12	75	13	6.4
12	Etiópia	12	67	21	6.4
13	Namibia	11	79	10	8.1
14	Angola	11	81	8	6.8
15	Moçambique	10	78	11	7.2
16	Egito	10	71	19	6.1
17	Mauritania	10	83	7	7.2
18	Zimbabwe	10	73	17	7.3
19	Marrocos	10	80	10	7.0
20	Quenia	9	78	13	7.5
21	Ghana	9	83	8	7.5
22	Congo	8	73	20	6.9
23	Guiné	8	89	3	7.1
24	Sudão	7	81	12	7.4
25	Djibouti	7	86	8	7.5

Fonte e metodologia: Três primeiras colunas com percentuais feitas a partir de índices de felicidade corrente e futura. “Progredindo” indica percentual de respostas com *scores* maiores que sete para felicidade corrente e oito para felicidade futura (cinco anos à frente). “Sofrendo” indica percentual de respostas com *scores* menores que quatro para felicidade corrente e futura (cinco anos à frente). Todos os outros indivíduos são classificados como “batalhando”. Para a “experiência cotidiana” a pontuação entre zero e dez compreende 10 itens: sentir-se bem descansado, ser tratado com respeito, sorrir/rir, aprender/interessar-se, divertimento, dor física, preocupação, tristeza, *stress* e raiva. *Gallup Global Wellbeing: The Behavioral Economics of GDP Growth*, 2010.

Tabela A2: Gallup Poll, indicadores de felicidade, 25 países mais bem colocados na Américas, 2005-2009.

		%			Experiência cotidiana
		Progredindo	Batalhando	Sofrendo	
1	Costa Rica	63	35	2	8.1
2	Canada	62	36	2	7.6
3	Panama	58	39	3	8.4
4	Brasil	58	40	2	7.5
5	EUA	57	40	3	7.3
6	Mexico	52	43	5	7.7
7	Venezuela	50	48	2	8.0
8	Puerto Rico	47	45	8	7.6
9	Colombia	46	47	7	7.7
10	Jamaica	46	49	5	7.7
11	Trinidad Tobago	44	51	5	7.9
12	Argentina	44	50	6	7.8
13	Belize	44	50	6	6.8
14	El Salvador	42	51	7	7.7
15	Chile	41	52	7	7.3
16	Uruguay	41	54	5	7.5
17	Guatemala	40	50	10	7.7
18	Honduras	37	49	14	7.5
19	Rep. Dominicana	35	54	11	7.3
20	Bolivia	34	59	7	7.0
21	Ecuador	34	52	15	7.6
22	Paraguay	32	59	9	8.3
23	Guyana	31	64	5	7.0
24	Nicaragua	30	53	17	7.4
25	Peru	25	65	11	7.2

Fonte e metodologia: Idem, Tabela A1.

Tabela A3: Gallup Poll, indicadores de felicidade, 25 países mais bem colocados na Ásia, 2005-2009.

		%			Experiência cotidiana
		Progredindo	Batalhando	Sofrendo	
1	Nova Zelândia	63	35	2	7.6
2	Israel	62	35	3	6.4
3	Australia	62	35	3	7.5
4	Turkmenistan	52	47	1	7.5
5	Emirados Árabes	51	48	1	7.7
6	Kuwait	47	50	3	7.0
7	Cyprus	45	50	5	6.6
8	Qatar	41	58	1	6.8
9	Bahrain	32	45	23	7.0
10	Jordania	30	61	8	6.7
11	Coreia do Sul	28	61	12	6.9
12	Arábia Saudita	27	69	3	6.7
13	Pakistan	27	50	23	6.2
14	Kazakhstan	22	72	6	7.2
15	Taiwan	22	64	14	7.5
16	Lebanon	21	64	15	6.3
17	Thailand	20	75	5	8.0
18	Iran	19	66	14	6.3
19	Hong Kong	19	65	16	7.1
20	Singapore	19	75	6	6.9
21	Japan	19	69	12	7.4
22	Uzbekistan	18	75	6	7.8
23	Indonesia	18	72	10	8.2
24	Myanmar*	16	82	2	7.1
25	Bangladesh	16	71	13	6.9

Fonte e metodologia: Idem, Tabela A1.

Tabela A4: Gallup Poll, indicadores de felicidade, 25 países mais bem colocados na Europa, 2005-2009.

		%			Experiência cotidiana
		Progredindo	Batalhando	Sofrendo	
1	Dinamarca	82	17	1	7.9
2	Finlândia	75	23	2	7.8
3	Noruega	69	31	0	7.9
4	Suécia	68	30	2	7.9
5	Holanda	68	32	1	7.7
6	Suiça	62	36	2	7.6
7	Austria	57	40	3	7.7
8	Belgica	56	41	3	7.3
9	Inglaterra	54	44	2	7.4
10	Irlanda	49	49	2	7.5
11	Islandia	47	49	4	8.2
12	Luxemburgo	45	54	1	7.3
13	Alemanha	43	50	7	7.4
14	Malta	40	48	12	6.6
15	Republica Tcheca	39	51	9	6.6
16	Italy	39	54	7	7.1
17	Spain	36	58	6	7.0
18	France	35	60	6	7.0
19	Greece	31	57	11	7.0
20	Belarus	29	59	12	6.5
21	Kosovo	29	65	6	6.2
22	Poland	28	61	10	7.1
23	Slovenia	27	57	16	6.8
24	Croatia	26	60	14	6.2
25	Montenegro	26	58	16	6.2
26	Moldova	25	62	13	6.1
27	Lithuania	25	57	18	6.2
28	Portugal	22	61	17	7.1
29	Russia	21	57	22	7.0
30	Ukraine	21	53	26	6.6
31	Romania	21	56	23	6.6
32	Slovakia	21	60	19	6.5

Fonte e metodologia: Idem, Tabela A1.

Referências

- Kenneth Arrow (1951) *Social Choice and Individual Values*. Wiley, New York.
- Marianne Bertrand & Sendhil Mullainathan (2001) “Do people mean what they say? Implications for subjective survey data” *American Economic Review* 91(2) May.
- Hollis Chenery *et al.* (1974) *Redistribution with Growth: policies to improve income distribution in developing countries in context of economic growth*. The World Bank, Institute of Development Studies University of Sussex, Oxford University Press, New York.
- Clark, P. Frijters e M. Shields (2008) “Relative income, happiness, and utility: an explanation of the Easterlin paradox and other puzzles” *Journal of Economic Literature* 46 (1).
- Angus Deaton (2007) “Income, aging, health and wellbeing around the world: evidence from the Gallup World Pool” *National Bureau of Economic Research Working Paper* no. 13.317, August.
- William Easterlin (1974) “Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence” em *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramowitz*, eds. P. David e M. Reder. Academic Press, New York.
- David G. Branchflower (2008) “Happiness economics” *NBER Reporter: Research summary*, 2.
- Bruno S. Frey (2008) *Happiness: a Revolution in Economics*. The MIT Press, Cambridge.
- Gallup Institute (2010) *Gallup Global Wellbeing: The Behavioral Economics of GDP Growth*.
- Eduardo Gianetti (2002) *Felicidade*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Carol Graham (2011) *The Pursuit of Happiness: an Economy of Well-Being*. Brookings Institution Press.
- _____ (2011) Happiness economics: can we have an economics of well-being? *VoxEU*, 31/07.
- _____ (2009) *Happiness Around the World: the Paradox of Happy Peasants and Miserable Millionaires*. Oxford University Press, New York.
- Helen Johns & Paul Omerod (2008) “The unhappy thing about happiness economics” *Real World Economics Review* 46.
- Daniel Kahneman & Alan B. Krueger (2006) “Developments in the measurement of subjective well-being” *Journal of Economic Perspective* 20(1) Winter.
- _____, _____, David Schkade, Norbert Schwarz e Arthur Stone (2004) “A Survey Method for Characterizing Daily Life Experience: The Day Reconstruction Method” *Science* 3 December.
- Eduardo Lora & Juan Camilo Chaparro (2009) “The conflictive relationship between satisfaction and income” em *Paradox and Perception: Measuring the Quality of Life in Latin America*, eds. Carol Graham & Eduardo Lora, Inter-American Development Bank, Brookings Institution, Washington.
- Marcelo Cortes Neri (2008) *Jovens, educação, trabalho e o índice de felicidade futura*. Centro de Estudos Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

- Daniel W. Sacks, Betsey Stevenson e Justin Wolfers (2010) “Subjective Well-Being, Income, Economic Development and Growth” NBER Working Paper Series # 16.441, October.
- Paul Samuelson (1947) *The Foundations of Economic Analysis*. Enlarged edition, Harvard University Press, Cambridge, 1983.
- Amartya Sen (1995) “Rationality and social choice” *American Economic Review* 85 (1).
- Adam Smith (1776) *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford at Clarendon Press.
[trad. bras., *A riqueza das nações*, São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- Michael Spence (coord.) *The Growth Report: strategies for sustained growth and inclusive development*. The World Bank Commission of Growth and Development, The World Bank, Washington.
- Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, coordenadores [Sarkozy Commission] Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.
- Shahid Yusef *et al.* (2009) *Development economics through the decades: a critical look at the 30 years of the World Development Report*. The World Bank, Washington.